



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 13h49min do dia 19/9/17, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Rafael Martins e com a presença dos vereadores Eduardo da Ambulância, Edmar Branco e Juliano Lopes, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de ata: não tendo recebido impugnação da Ata da 30ª Reunião Ordinária, realizada em 12/9/17, o presidente comunicou sua aprovação, nos termos regimentais. II - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.182/17, de autoria do vereador Gabriel que requer envio de ofício à Secretaria Municipal de Governo com a finalidade de “solicitar nova cobrança sobre a resposta do Requerimento de Comissão nº 1001/2017, aprovado por esta Comissão em 08/08/2017 e teve seu prazo legal de 30 dias para resposta vencido no dia 11/09/2017; conforme o § 4º do art. 76 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte c/c o § 2º do artigo 82 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Foram solicitadas as seguintes informações referentes aos imóveis ociosos na região do Centro e Hipercentro: - Quantos imóveis na região do Centro não estão cumprindo sua função social; - Quantos imóveis na região do Centro estão vazios ou abandonados; - Qual a localização dos imóveis nestas situações, e quem são seus proprietários; - Quais destas propriedades pertencem a Prefeitura e há ou não a previsão de ação para ocupá-los”. Aprovado, por unanimidade. 2) Requerimento de Comissão nº 1.183/17, de autoria do vereador Pedro Patrus que requer envio de pedido de informação à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos com a finalidade de “Obter informações sobre: 1 - Qual o andamento do processo de cessão de Unidades de Transferência do Direito de Construir, que consta na Lei nº 10.908/2016, e que serão ofertados aos proprietários dos lotes onde está assentada a Vila Acaba Mundo? 2 - Quando foi feito o




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

levantamento foram considerados 21 lotes a serem desapropriados na Vila Acaba Mundo. Porém, no Decreto nº 13.519/2009 foram considerados apenas 19 lotes. Qual o motivo da desconsideração desses 2 terrenos?”. Aprovado, por unanimidade. 3) Requerimento de Comissão nº 1.184/17, de autoria do vereador Pedro Patrus que requer envio de pedido de informação à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, com a finalidade de “Obter informações sobre: 1 - Qual o andamento da implantação do parque público localizado na região da Lagoa Seca e consta como contrapartida da mineradora para o município?”. Aprovado, por unanimidade. 4) Requerimento de Comissão nº 1.190/17, de autoria do vereador Gabriel que requer realização de audiência pública com a finalidade de “Debater os impactos da construção da arena esportiva do Clube Atlético Mineiro denominada ‘Arena do Galo’ a ocorrer em 17/10/17, às 10 horas no Plenário Amyntas de Barros. Aprovado, por unanimidade. EM PRIMEIRO TURNO: 5) Projeto de Lei nº 247/2017 - “Institui política anti drogas contra o uso de drogas do grupo dos inalantes no município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereador Fernando Borja. Aprovado o parecer do relator, vereador Juliano Lopes, pela aprovação, com o voto contrário do vereador Edmar Branco. 6) Projeto de Lei nº 310/17 - “Proíbe a emissão de aviso sonoro nos equipamentos de abertura e fechamento de garagens e similares no município de Belo Horizonte, e dá outras providências”. Autoria: vereador Jair Di Gregório. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Juliano Lopes, pela aprovação. 7) Projeto de Lei nº 320/17 - “Acrescenta o parágrafo 11 ao artigo 86, da Lei 7.166 de 27 de agosto de 1996; altera o parágrafo 5º do artigo 143 e o inciso I do artigo 191, da Lei 8.137 de 21 de dezembro de 2000; acrescenta o inciso VIII ao artigo 46 e altera o parágrafo 2º ao artigo 74-Q, da Lei 7.165 de 27 de agosto de 1996. Autoria: vereadores Carlos Henrique, Irlan Melo e Wesley Autoescola. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Edmar Branco, pela aprovação. IV - Outros Assuntos - Respostas a Requerimentos e Indicações da Comissão: o presidente deu ciência à comissão de resposta ao Requerimento de Comissão nº 968/17, encaminhada pelo ofício enviado pela chefe de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabinete, Maria Cristina da Cruz da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam com o seguinte teor: “1. De acordo com o Banco de Declarações Ambientais existem 34 estruturas cadastradas com finalidade principal ou complementar de armazenamento de rejeitos da mineração, localizadas na bacia de drenagem incremental a montante da captação da COPASA em Bela Fama; 2. O Departamento Nacional Produção Mineral é responsável pela fiscalização de segurança das barragens de rejeitos de mineração conforme art. 5º da Lei Federal nº 12.334/2010, portanto a instituição mais apta a avaliar com maior precisão quais estruturas no caso de acidentes tenham potencial de afetar a captação da COPASA. 3. Considerando a diversidade das características técnicas das estruturas e dos materiais armazenados, do relevo, a sua localização, as drenagens superficiais, dentre outros fatores, não é possível afirmar que nos casos de eventuais incidentes ou acidentes quais barragens teriam potencial de impactar a unidade da COPASA em Bela Fama. 4. Dentre as estruturas cadastradas com finalidade principal ou complementar de contenção de rejeitos da mineração, 4 (quatro) não tiveram sua estabilidade garantida por Auditor Externo ao quadro de funcionários da empresa. Foram apresentadas: - Declaração de condição de estabilidade das estruturas dos empreendimentos Minar Mineração Aredes Ltda e Nacional Minérios S.A. - Planilha com as estruturas localizadas na área de drenagem a montante de Bela Fama”. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 13h59min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA (art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno) distribuída em avulso, no dia <u>20/09/17</u> , não foi apresentada impugnação no prazo regimental. <u>3/10/17</u>  Presidente
--